

DIALÉTICA SINGULAR-PARTICULAR-UNIVERSAL: IMPLICAÇÕES DO MÉTODO MATERIALISTA DIALÉTICO PARA A PSICOLOGIA

DIALÉCTICA SINGULAR-PARTICULAR-UNIVERSAL: IMPLICACIONES DEL MÉTODO MATERIALISTA DIALÉCTICO PARA LA PSICOLOGÍA

DIALECTICS BETWEEN SINGULARITY-PARTICULARITY-UNIVERSALITY: THE IMPLICATIONS OF THE MATERIALIST DIALECTICAL METHOD TO PSYCHOLOGY

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>

Juliana Campregher Pasqualini e Lígia Márcia Martins

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo/SP, Brasil

RESUMO

Considerando que a Teoria Histórico-Cultural vem ampliando sua inserção na Psicologia brasileira nas últimas décadas, o presente ensaio teórico pretende contribuir para a apropriação de seus postulados ontológicos e epistemológicos. A análise busca explorar as implicações para a Psicologia como ciência e profissão do preceito lukacsiano do desvelamento das conexões entre singular-particular-universal como requisito para a apreensão dos fenômenos em sua essencialidade, evidenciando sua aproximação com o postulado por Vigotski em relação à necessária apreensão dos fenômenos psicológicos em sua processualidade. Nessa direção, coloca-se em questão a unidade dinâmica indivíduo/sociedade postulada pelo materialismo histórico-dialético, trazendo subsídios para a superação das cisões usualmente estabelecidas entre os polos dessa relação.

Palavras-chave: psicologia histórico-cultural; dialética; singular-particular-universal.

RESUMEN

Mientras que la teoría histórico-cultural se há ampliado su inserción en la psicología brasileña en las últimas décadas, este ensayo teórico tiene como objetivo contribuir a la apropiación de sus supuestos ontológicos y epistemológicos. La análisis pretende explorar las implicaciones para la psicología como ciencia y profesión del precepto lukacsiano de las conexiones entre singular-particular-universal como requisito para la comprensión de los fenómenos en su esencialidad, mostrando su aproximación con el postulado por Vygotsky sobre la necesidad de apreension de los fenómenos psicológicos em su procesualidad. En este sentido, pone em tela la unidad dinámica indivíduo/sociedade postulada por el materialismo histórico y dialético, a vista de traer subsídios para la superación de las divisiones frecuentes entre los polos de esta relación.

Palabras clave: Psicología Histórico-Cultural; Dialéctica; Singular-Particular-Universal.

ABSTRACT

Considering that Cultural-Historical theory has been gaining importance within Brazilian Psychology in the last decades, this essay aims at contributing to understanding its ontological and epistemological foundations, introducing the concepts of singularity, particularity and universality of the dialectics that exists between them. The analysis looks to explore the implications to Psychology, both as a science and as a professional practice, of the lukacsian indication about the need to apprehend the connections between singularity, particularity and universality as a condition for understanding the essence of phenomena. In that sense, this analysis brings light to the individual/society dynamics unity affirmed by historical-dialectical materialism, which contributes to overcoming of the dichotomies usually established between the poles of this relationship.

Keywords: cultural-historical psychology; dialects; singular-particular-universal.

Introdução

Nas últimas décadas, a Teoria Histórico-Cultural, que tem em Lev Vigotski, Alexis Leontiev e Alexander Luria seus fundadores e principais expoentes, vem ampliando sua inserção na Psicologia brasileira. A correta apropriação dos postulados teóricos e metodológicos dessa teoria requer, necessariamente, a compreensão de suas bases epistemológicas, aspecto que, não raramente, tem sido negligenciado ou minimizado em sua importância. Nesse contexto, o presente ensaio teórico pretende contribuir para a pesquisa em Psicologia e para o exercício profissional do psicólogo, colocando em questão a unidade dinâmica indivíduo/sociedade postulada pelo materialismo histórico-dialético, à vista da necessidade de superação das cisões usuais estabelecidas entre os polos dessa relação. O preceito lukacsiano acerca da dialética singular-particular-universal é apresentado, neste artigo, como um dos princípios imprescindíveis à compreensão da referida dinâmica e, da mesma forma, à compreensão da sociabilidade humana, dado fundante da afirmação vigotskiana em relação à natureza social do psiquismo.

O método materialista histórico-dialético, cujos fundamentos foram estabelecidos por Karl Marx tendo como base os princípios da lógica dialética delineados por Hegel, visa à captação e reprodução do movimento do real no pensamento. Partindo do pressuposto da primazia ontológica do real, o que significa reconhecê-lo como existência *em si*, o conhecimento humano é entendido como uma reconstrução da realidade objetiva no pensamento. Assim, o resultado da elaboração teórica representa uma forma de *reprodução* ideal de um processo real, com uma aproximação de maior fidelidade possível. Trata-se do postulado pela psicologia histórico-cultural do psiquismo como imagem subjetiva da realidade objetiva, a quem compete orientar os indivíduos na realidade concreta.

Dentre os preceitos do método marxiano, fundamento primário tanto das elaborações de Lukács quanto da Escola de Vigotski, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, isto é, como sínteses de múltiplas determinações instituídas no transcurso histórico e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza. Nessa perspectiva, a representação do real no pensamento não se limita à captação da realidade em suas manifestações fenomênicas, demandando a superação da representação sensível pela mediação das abstrações do pensamento.

Para o materialismo histórico-dialético, o mundo empírico representa apenas a manifestação aparente da realidade em suas definibilidades exteriores. Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens, desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua manifestação sensível, não se revelando de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais. Destarte, a epistemologia materialista histórico-dialética pressupõe a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade no desvelamento de sua concretude.

Igualmente, Vygotski (1995) defendeu que a característica fundante de qualquer explicação científica é exatamente a superação de procedimentos descritivos, fenomênicos, com vista à descoberta das relações e dos nexos dinâmico-causais que sustentam a existência objetiva dos fenômenos. Afirmou a superioridade da análise *genotípica*, que busca a origem do fenômeno, em relação à análise *fenotípica*, que se baseia meramente em suas manifestações externas.

Nessa direção, Lukács (1967) propõe que, para uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade, devem ser explicitados os nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos. Dessa proposição resulta que a decodificação da relação dialética entre singular-particular-universal configura um dos princípios requeridos à implementação do método materialista histórico-dialético, tendo em vista a apreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata em direção à essencialidade concreta.

Para Lukács (1967), a dialética entre singular-particular-universal é uma propriedade objetiva dos fenômenos. Por essa razão, a lógica e a epistemologia que pretendem apreender a realidade em suas conexões essenciais e básicas devem orientar-se pela perspectiva de revelar a interpenetração dialética entre singularidade, particularidade e universalidade.

Com fundamento em Lukács, Oliveira (2005) ressalta que a compreensão de tais relações tem importância fundamental para a formação e atuação do profissional psicólogo. Conforme a autora, a práxis do psicólogo (e a pesquisa em Psicologia) deve fundamentar-se na compreensão de como a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo

a particularidade como mediação. O entendimento dessa afirmação é o ponto de chegada do presente artigo, que visa, a partir da apresentação dos conceitos de singularidade, particularidade e universalidade, evidenciar que a compreensão das intervinculações e interdependências entre singular-particular-universal é condição para a superação de enfoques psicológicos duais e dicotômicos da relação indivíduo/sociedade.

Explorando os conceitos de singularidade e universalidade

Quando entramos em contato com um fenômeno empírico, trata-se de uma ocorrência singular, única e irrepitível. Como destaca Lukács (1967, p. 203): “É óbvio que em nossas relações diretas com a realidade tropeçaremos sempre diretamente com a singularidade”. De modo imediato não nos enfrentamos senão com a singularidade, pois “tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades; é sempre *isto* singular, um aqui e agora singular”. Assim, a singularidade se refere às definibilidades exteriores irrepitíveis do fenômeno em sua manifestação imediata, acessível à contemplação viva.

Ocorre, porém, em anuência aos preceitos do método materialista dialético, que a singularidade imediata dos fenômenos não nos revela, pelo contato sensível, sua essencialidade concreta. A singularidade em si mesma está no plano da aparência do fenômeno. Para conhecê-lo, é preciso que sejamos capazes de ir além da aparência.

De acordo com Karel Kosik (1976), é necessário superar a pseudoconcreticidade em direção à concreticidade do fenômeno estudado, entendendo-se por pseudoconcreticidade a manifestação imediata e aparente do fenômeno, ou seja, sua manifestação empírica. É oportuno observar que o concreto é comumente entendido como sinônimo do empírico. Na tradição marxista, no entanto, o conceito de concreto tem outro significado. O contato empírico parece nos revelar o fenômeno concreto, mas, na verdade, esse “concreto” é *pseudoconcreto*. O concreto só pode ser apreendido pelo pensamento como resultado de um processo de análise que supera a dimensão singular do fenômeno. O concreto é, portanto, o ponto de chegada.

Nesta mesma direção, Saviani (2013, p. 4) afirma:

A construção do pensamento ocorre, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato

e chega-se ao concreto. Isto é: a passagem do empírico ao concreto se dá pela *mediação* do abstrato. Diferentemente, pois, da crença que caracteriza o empirismo, o positivismo etc. (que confundem o concreto com o empírico) o concreto não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada do conhecimento. E, no entanto, o concreto é também o ponto de partida. Como entender isso? Pode-se dizer que o concreto – ponto de partida é o concreto real e o concreto – ponto de chegada é o concreto pensado, ou seja, a apropriação pelo pensamento do real concreto.

Destarte, a análise que objetiva superar o pseudoconcreto em direção ao concreto demanda apreender as *leis gerais* que determinam e regulam sua existência no mundo objetivo. Em outras palavras, superar a aparência do fenômeno implica revelar as relações dinâmico-causais a ele subjacentes, captando as múltiplas mediações que o determinam e constituem.

As leis gerais que regem o desenvolvimento dos fenômenos não se apresentam de forma imediatamente acessível a nossa percepção. Lembremo-nos da lendária situação da queda de uma maçã que inspirou Isaac Newton a investigar a lei gravitacional em 1687¹. A observação da queda de um fruto de uma macieira despertou em Newton a seguinte dúvida: “Por que a maçã cai sempre perpendicularmente ao solo?”. Essa ocorrência singular do fenômeno observada por ele se explica justamente pela lei da gravitação universal, que não se mostra a nossa captação sensível imediata do real. Tal lei explica não somente essa ocorrência singular, mas todo um conjunto de fenômenos.

Assim, podemos perceber que captar a essência da realidade natural e social implica abstrair momentaneamente – ou suspender – as formas fenomênicas e decodificar as leis explicativas que regem o desenvolvimento do fenômeno. Isso significa que todo fenômeno singular contém em si determinações universais. A tarefa do pesquisador é desvelar como a universalidade se expressa e se concretiza na singularidade, ou, mais que isso, como a universalidade se expressa e se concretiza na diversidade de expressões singulares do fenômeno: não só na queda da maçã, mas também na órbita da Lua em torno da Terra.

Como ensinam Politzer, Besse e Caveing (1954, p. 95), é preciso apreender o caráter específico de um determinado fenômeno, mas o específico só terá valor científico se captado em sua unidade dialética com o universal:

Uma boa análise dialética assenhora-se, pois, do caráter específico de determinado processo; mas isso só será possível se ela não isolar esse processo do movimento de conjunto que condiciona sua

existência. ... O específico não tem valor senão em relação ao universal. O específico e o universal são inseparáveis.

Trata-se, pois, de compreender os fenômenos como expressão da unidade entre singularidade-universalidade como polos opostos interiores um ao outro. Lukács (1967) afirmou, nesse sentido, que o caminho do pensamento e do conhecimento é “uma ininterrupta oscilação para cima e para baixo da singularidade à universalidade e desta àquela.” (p. 207).

Trazendo os conceitos de universalidade e singularidade para o campo das ciências humanas, podemos resgatar a definição da atividade de trabalho formulada por Marx (1978). O trabalho é o intercâmbio entre homem e natureza, pelo qual o homem, por sua atividade, transforma a natureza buscando a satisfação de suas necessidades e, nesse processo, transforma a si mesmo. Podemos dizer que essa é uma definição universal de trabalho, que se concretizará e se expressará de formas diversas nas ocorrências singulares de tal atividade – inclusive na possibilidade de alienação do trabalho.

Esse exemplo nos alerta para a seguinte questão: o sentido de universal no método materialista dialético não se confunde com as *características comuns* a todos os objetos ou fenômenos (Ilyenkov, 1975). Isso porque características (comuns) encontram-se no plano do fenótipo (aspecto exterior), enquanto *traços essenciais* pertencem ao plano do genótipo (aspecto interior). Muitas vezes dois objetos que compartilham a mesma característica não constituem expressões de uma mesma universalidade, ou ainda, dois fenômenos que parecem muito diferentes por suas características fenomênicas estão conectados a um mesmo todo. Podemos ilustrar essa ideia nos lembrando que já se acreditou, na História, que homens negros e brancos pertencessem a diferentes raças, o que sustentou ideologicamente práticas discriminatórias e racistas; o desenvolvimento de métodos genéticos para estudar as populações humanas permitiu à humanidade concluir, todavia, que, a despeito das diferenças no plano das características (como cor da pele, dos olhos, tipo de cabelo, etc.), pertencemos todos a uma única e mesma espécie biológica. Por isso, não se deve buscar o universal nas meras similaridades entre um e outro fenômeno; perspectiva sob a qual, por exemplo, a baleia seria considerada um peixe. Trata-se, pois, de compreender quais são os objetos conectados a uma mesma universalidade.

Dessa forma, as diferenças e oposições não devem ser descartadas ou esquecidas em nome da

busca pelo universal, ao contrário: a apreensão da essência universal do fenômeno revela a necessidade que determina o desenvolvimento de suas *multiformes manifestações particulares*.

O universal se opõe à variabilidade sensória das expressões singulares do fenômeno, mas contém em si toda a riqueza do particular e do individual, não apenas como possibilidade, mas como necessidade de sua própria expansão, de seu desenvolvimento (Ilyenkov, 1975). Isso significa que a relação entre singular e universal remete à *relação entre todo e partes*. O singular é parte de um todo. Esse todo, o universal, se cria e se realiza na interação das partes singulares. Essas partes não existem por si mesmas: elas se relacionam entre si e com o todo. Na dialética materialista, o enfoque sobre a relação entre o todo e suas partes demanda necessariamente a captação dos vínculos internos entre ambos, o que significa reconhecer que não só o todo contém as partes, mas, igualmente, a parte (singular) contém algo do todo².

Tal princípio é tomado também por Vygotski (1995) ao analisar os rumos metodológicos trilhados pela Psicologia tendo em vista superar os limites das abordagens atomísticas e fragmentárias acerca dos fenômenos psíquicos. O autor argumenta que a tarefa da ciência psicológica não é decompor o todo em suas partes, mas destacar do conjunto os traços que conservam a primazia do todo e, por isso, o caracterizam. O que ele coloca em questão é a necessária descoberta das relações e dos nexos dinâmico-causais que sustentam a existência concreta dos fenômenos.

Pelo exposto, depreende-se que nenhum fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade. Como esclarece Lukács (1967), singular e universal não constituem “pontos de vista” sobre o objeto. Existe intervinculação e interdependência da forma singular do fenômeno e sua forma universal. Singular e universal coexistem no fenômeno, se articulam e se determinam reciprocamente: são os polos opostos da unidade dialética que dão vida ao fenômeno. Existe entre singular e universal uma tensão dialética.

Como opostos, se identificam à mesma medida que se contrapõem, e a contínua tensão entre singular-universal manifesta-se na configuração particular do fenômeno. Em sua particularidade, o fenômeno assume as especificidades pelas quais a singularidade se constitui em dada realidade, sob determinadas condições, de modo específico – porém, não completo, não universal.

A mediação da particularidade

Segundo Lukács (1967), o particular representa, para Marx, a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que, conforme exposto, não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos.

Lênin (citado por Lukács, 1967) assinala que “o singular é o universal”, no seguinte sentido: o singular se contrapõe ao universal e ao mesmo tempo é parte constituinte dele, já que o singular não existe senão na conexão que leva ao universal. Da mesma forma, o universal não existe senão no singular e pelo singular. Nessa direção, a singularidade e a universalidade se instituem como unidade contraditória que move o contínuo processo de formação e transformação de ambos.

Já apontamos nesse texto que um indivíduo é um ser singular. Considerar que o singular e o universal coexistem no fenômeno significa afirmar que “o homem é, ao mesmo tempo, portador de uma singularidade, que o distingue de todos os outros seres, e de uma generalidade, que o torna um ser semelhante a qualquer outro” (Almeida, 2001, p. 71). Trata-se, então, de revelar como a universalidade do gênero humano se expressa e se concretiza na singularidade do indivíduo.

No que tange à relação e coexistência entre os opostos como singular e universal, a lógica dialética nos ensina que existe entre polos opostos de uma unidade uma relação de mediação. Porém, tal assertiva determina a necessidade de compreensão do significado marxiano dispensado a essa categoria. Muitas vezes se entende mediação como sinônimo de um “meio-termo”, como uma ligação entre termos antagônicos, um ponto de equilíbrio entre dois termos opostos, como se a mediação tivesse o poder de igualar dois termos distintos dissolvendo as diferenças entre eles.

Para Almeida (2001), nessa perspectiva bastante difundida se compreende mediação como o resultado ou produto de uma relação entre dois termos que se reduz à soma de ambos, ou seja, se “concebe a mediação como resultado da aproximação entre dois termos que, embora distintos no início, quando totalmente separados, tendem a igualar-se à medida que se aproximam um do outro” (p. 50).

Mas, na lógica dialética, a mediação não é pensada como produto ou resultado, nem como soma, homogeneização ou equilíbrio. A mediação deve ser pensada como processo, que tem por referência, ao contrário, a diferença, a heterogeneidade e o

desequilíbrio (Almeida, 2001). A mediação viabiliza a relação entre dois polos opostos; ela o faz na medida em que preserva e ao mesmo tempo modifica as coisas.

Podemos ilustrar essa ideia recorrendo novamente ao conceito de trabalho. O trabalho é mediação entre homem e natureza. Nessa relação, ambos os polos se preservam e ao mesmo tempo se transformam pela mediação da atividade produtiva. O trabalho realiza a mediação entre homem e natureza, ocorrendo historicamente sob dadas condições particulares. Daí que, para Lukács (1967), a particularidade efetive a mediação entre singular e universal.

Podemos dizer que o particular expressa a universalidade e condiciona o modo de ser da singularidade. Assim, a importância da particularidade na análise de um fenômeno está no fato de que ela representa mediações que elucidam os mecanismos que intervêm decisivamente no modo de ser da singularidade (Oliveira, 2005), isto é, permite compreender como se dá a concretização da universalidade na singularidade.

Em síntese, temos que: (a) a expressão singular do fenômeno é irrepetível e revela sua imediatividade e definibilidades específicas; (b) em sua expressão universal, se revelam as conexões internas e as leis gerais do movimento e evolução do fenômeno; (c) a universalidade se materializa na expressão singular do fenômeno pela mediação da particularidade, razão pela qual afirmamos que o particular condiciona o modo de ser do singular.

Assim, vemos que a relação singular-particular-universal desvela a dialética que liga a expressão singular/individual do fenômeno à sua essência geral/universal. Com isso, podemos compreender que singular e universal coexistem como dimensões instituintes do indivíduo e estas dimensões sintetizam-se em suas expressões particulares. Como menciona Almeida (2001):

O homem singular, que se distingue de todos os outros homens, bem como dos demais seres vivos, e o homem geral, que se identifica com a sociedade e com a natureza, constituem uma unidade e, ao mesmo tempo, são diversos. Esta unidade na diversidade se efetiva no âmbito do particular, por meio do reflexo recíproco entre os dois estados do mesmo homem: ele não é singular, ou geral, mas sim, singular, geral e particular. (p. 73)

Tal compreensão é importante, uma vez que o homem universal é, em si, uma abstração. Isso significa afirmar que a universalidade não pode ser compreendida em si e por si, mas nas complexas relações que estabelece com a particularidade e singularidade. Da mesma forma, a singularidade

tomada em si também é uma abstração. Não existe o homem singular, mas o homem singular-particular-universal. Por isso, a singularidade só pode ser compreendida no desvelar de suas conexões com o particular e o universal: se em cada ente singular estão contidos o particular e o universal, a compreensão da singularidade é tão mais objetiva quanto mais se capte suas mediações particulares com a universalidade.

Quando se afirma que o particular expressa a universalidade e condiciona o modo de ser da singularidade, atribuindo-se ao particular o papel de mediação entre universal e singular, deve ficar claro que o condicionamento da particularidade sobre a singularidade não é linear e determinístico. É justamente isso que explica a diversidade de expressões singulares do fenômeno.

A análise da particularidade como condição para a compreensão concreta dos fenômenos

Até aqui tratamos a relação singular-particular-universal essencialmente no plano da lógica, e por essa razão nossas afirmações tiveram um caráter bastante abstrato. Tendo compreendido conceitualmente que o particular realiza a mediação entre singular e universal, tentaremos agora caminhar no sentido de dar maior concretude a essas relações.

Lukács (1967) enfatiza que a singularidade imediatamente captada parece estar ao alcance da mão e ao mesmo tempo ser inalcançável. Por isso, o singular se converte para o pensamento humano em objeto de um infinito processo de aproximação. O aprofundamento do conhecimento da singularidade, para o filósofo, é uma função de *generalizações afortunadas*.

De acordo com o autor, um exemplo de tentativa de aproximação mais fidedigna possível da condição singular pode ser tomado do diagnóstico médico. O objeto do diagnóstico é o homem individual (singular) e seu estado de saúde aqui e agora. Os conhecimentos gerais (universais) e particulares acerca da natureza fisiológica do homem, dos tipos e curso de desenvolvimento de patologias, são, nesse caso, meros meios para captar com precisão a condição singular desse indivíduo. Quanto mais precisos são os métodos de mediação, ou seja, de aplicação do universal ao caso singular, tanto mais pontual e exato poderá ser o diagnóstico. A capacidade de captação mais precisa dos sintomas alcançada hoje pela medicina representa, nesse sentido, a ampliação dessa capacidade de aproximação ao singular.

Nesse processo de aproximações sucessivas à singularidade concreta, a mediação do particular se faz fundamental porque torna possível captar o “material oculto” das determinações presentes no singular. Em outras palavras, a particularidade remete às *determinações* da singularidade.

Para compreender tal processo de determinação, precisamos recorrer à relação entre particular e universal. A particularidade especifica a universalidade. O universal se especifica e se “converte” em particularidade. Por isso, a partir de Hegel, Lukács (1967) diz que a particularidade não é mais que a universalidade determinada. Isso significa transformar a universalidade abstrata em uma totalidade concreta de determinações particulares que se vincula com a natureza específica da singularidade. Por essa razão, apreender a particularidade permite captar com clareza cada vez maior as relações do universal com grupos de objetos aparentados e distantes. Exploremos tais afirmações.

A categoria de particularidade na obra de Lukács é tributária ao conceito de *tipicidade* na literatura³, que aparece em textos anteriores do autor, como, por exemplo, no livro “Realismo crítico hoje”. O argumento é que a literatura autêntica não trata nem da humanidade em geral (universal), nem do indivíduo irrepitível e isolado (singular), mas de personagens na sua tipicidade.

Na criação literária, segundo Lukács (1991), a configuração típica da personagem acontece quando os destinos pessoais, na sua trajetória individual (singular), expressam as dinâmicas e os conflitos do seu tempo: “Para que ela seja típica, é preciso que os fatores que determinam a essência mais íntima da sua personalidade pertençam objetivamente a uma das tendências importantes que condicionam a evolução social.” (p. 181). Assim, o filósofo considerava que a grande literatura trata de personagens ou aborda situações nas quais as ações individuais envolvem ou trazem à tona a figuração histórico-social.

Podemos dizer que essa literatura explora *generalidades* de indivíduos ou fenômenos singulares, ou seja, capta na singularidade da existência de um indivíduo/personagem traços essenciais comuns a outras existências singulares que se constroem na dialética que liga o indivíduo ao tipo geral, às tendências histórico-sociais de seu tempo ou do gênero humano.

Em “Introdução a uma estética marxista”, Lukács (1978) se afasta do conceito de tipicidade, atribuindo à particularidade o caráter de mediação entre o singular e o universal. A mediação da particularidade nos permite

superar a singularidade imediata ou isolada, revelando na existência única e irrepetível dos indivíduos e fenômenos uma expressão particular da universalidade. Com isso, a singularidade é reencontrada em sua rica determinação pelos atributos da universalidade.

Pensemos em um indivíduo qualquer, a quem chamaremos de Maria. Maria é um indivíduo singular. Como podemos conhecê-la? O que sabemos sobre ela? Maria é um indivíduo que vive na sociedade capitalista. Nasceu em meados do século XX em um bairro de periferia. Ela não possui meios de produção; por essa razão, precisa vender sua força de trabalho como forma de garantir sua subsistência. Maria é, portanto, um indivíduo da classe trabalhadora.

Não há dúvida de que Maria é um indivíduo único e irrepetível. Não existe no mundo outro indivíduo exatamente igual a ela. Mas sua condição de membro da classe trabalhadora é uma particularidade que condiciona sua existência singular e impõe a ela condições semelhantes a muitos outros indivíduos também pertencentes à classe trabalhadora. Essa particularidade é a especificação de uma universalidade. Qual universalidade? O fato de que Maria vive na sociedade capitalista. Podemos entender a sociedade capitalista como um todo, no qual estão presentes tendências gerais ou universais que agem sobre as partes singulares que o compõem, isto é, que impõem determinações sobre a vida dos indivíduos que nela vivem – entre eles Maria.

Mas nessa sociedade não existem apenas trabalhadores como Maria, mas também detentores dos meios de produção. Os indivíduos que se encontram nessa outra condição expressam em suas existências singulares uma particularização diferente da mesma universalidade. Assim, fica mais claro entender a afirmação de que é pela mediação da particularidade que as determinações universais se expressam no singular. É por tal razão que podemos afirmar que toda singularidade é uma singularidade-particular, posto que o modo de ser da singularidade é sempre condicionado pela particularidade, por cuja mediação a universalidade se materializa.

Esse rápido exercício de análise é apenas o início do processo de aproximação da singularidade de Maria. Caminhando no sentido de desvelar as relações entre sua condição singular e as determinações particulares e universais, precisaríamos considerar, por exemplo, que Maria é uma mulher. O fato de ser mulher da classe trabalhadora condiciona, ao menos em alguma medida, a individualidade de Maria, e a identifica com outros indivíduos que se encontram nessa mesma condição particular.

Aqui é importante retomar a ideia de que o condicionamento da particularidade sobre a singularidade não é linear e determinístico, permitindo uma diversidade de expressões singulares do fenômeno. A existência de cada indivíduo singular é uma síntese de múltiplas determinações. Nosso esforço é conseguir captar, nesse processo de multideterminação, aquelas que são essenciais, o que quer dizer captar as determinações universais particularizadas que se expressam nessa condição singular.

Podemos pensar em outro exemplo no campo da investigação científica: um pesquisador desenvolve um estudo de caso em uma escola de educação infantil. O estudo de caso se centra sobre a singularidade dessa instituição. Por isso se costuma afirmar que não se pode fazer generalizações a partir de estudos de caso. Mas na ótica que estamos adotando aqui, podemos pensar que tal instituição singular expressa determinações particulares e universais. Trata-se de uma instituição pública ou privada? Tem caráter escolar ou assistencialista? Localiza-se no Brasil ou na Europa? No Nordeste ou no Estado de São Paulo? No centro ou na periferia da cidade? Esses são alguns exemplos de particularidades que condicionam (de forma não determinística) a condição singular.

Quando reconhecemos na singularidade da existência de um indivíduo ou fenômeno traços compartilhados por outras existências/fatos singulares, trabalhamos no âmbito do particular. Podemos dizer que elevamos a singularidade a uma universalidade mediada, ao mesmo tempo que conferimos à universalidade um grau de concreção singular.

Esse foi justamente o caminho epistemológico proposto por Marx. Conforme Lukács (1967), Marx descreveu bem esse caminho “para cima e para baixo” na forma de exposição do método da economia política. Diferentemente de muitas metodologias que trabalham com indução e dedução, por exemplo, Marx pressupõe como a apreensão do real imediato – representação inicial do todo, que, convertido em objeto de análise por meio dos processos de abstração, resulta em uma apreensão de tipo superior – expressa no concreto pensado. Todavia, essa não é a etapa final do processo, uma vez que as categorias interpretativas, as estruturas analíticas constitutivas do concreto pensado, serão contrapostas em face do objeto inicial, agora apreendido não mais em sua imediatez, mas como síntese de múltiplas determinações.

No conhecimento científico, portanto, o movimento do pensamento que reflete a realidade caminha da singularidade em direção à universalidade ou, inversamente, da universalidade em direção à

singularidade, pela mediação da particularidade. A tarefa que se apresenta é descobrir o universal no particular e ambos no singular. Mas esse não tem sido o caminho historicamente seguido pela ciência psicológica.

A dialética singular-particular-universal no âmbito da Psicologia

Vygotski (1997), em seu clássico ensaio acerca do *Significado histórico da crise da psicologia*, escrito em 1927, já destacava os fundamentos metodológicos da psicologia tradicional como o grande obstáculo para sua edificação como ciência, na verdadeira acepção do termo. Desvelando os enfoques atomísticos e anistóricos dessa jovem ciência, despidos do movimento instituinte do objeto que tomou por estudo, o autor foi claro ao afirmar: apenas outro enfoque epistemológico possibilitará à psicologia captar os fenômenos humanos naquilo que eles congregam para além de suas aparências, apreendendo-os naquilo que de fato revela o curso de sua formação e as leis gerais que regem sua existência concreta.

Igualmente e muito tempo depois, a psicóloga brasileira Silvia Lane empreendeu uma crítica radical aos fundamentos da Psicologia Social de seu país, convidando os psicólogos e pesquisadores a edificar *outra* Psicologia Social. A autora também defendia a necessidade de se rever os caminhos epistemológicos dessa disciplina científica, tendo em vista a explicitação de seus compromissos com a construção de uma ordem social justa e apta a promover o desenvolvimento dos indivíduos. Destacam Lane e Sawaia (1995):

O saber humano não é universal nem eterno, e o homem é historicamente situado, bem como os problemas que o afligem. ... É preciso conhecer quem é o homem que se constitui nas condições sócio-históricas da América Latina. Não se trata de abandonar o acervo teórico acumulado árdua e rigorosamente pela Psicologia Social, mas de mudar a sensibilidade epistemológica para rever-se à luz dos novos atores sociais, das necessidades, ideias e emoções que objetivam na atividade cotidiana. Assim, partimos para um intercâmbio intenso com cientistas desta parte do continente, buscando na interlocução a compreensão de como o latino-americano singulariza o universal na constituição particular de sua existência. (p. 8)

A autora chama atenção justamente para a necessidade de se captar na análise psicológica as determinações particulares e universais que incidem sobre o indivíduo, ou seja, que condicionam sua existência singular. Isso significa ser capaz de decodificar, na singularidade do indivíduo, aspectos

sociais do seu tempo histórico e de suas condições objetivas de vida, apreendendo-o como indivíduo-particular representante do gênero humano, como indica Agnes Heller (2000, p. 80):

Com efeito, a individualidade humana não é simplesmente uma ‘singularidade’. Todo homem é singular, individual-particular, e, *ao mesmo tempo*, ente humano-genérico. Sua atividade é, sempre e simultaneamente, individual-particular e humano-genérica. Em outras palavras: o ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formados, mas referidos ao seu Eu, e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade; mas, ao mesmo tempo, atua como membro do gênero humano e seus sentimentos e necessidades possuem caráter humano-genérico.

Essa não é uma tarefa trivial, posto que, como Oliveira (2001, p. 49), a particularidade é de difícil delimitação: “As mediações sociais que constituem o particular não são facilmente perceptíveis e muito menos as conexões entre elas”. Ocorre que a não captação ou desconsideração do polo particular elimina a possibilidade de aproximação do pensamento ao ser, ou seja, o pensamento humano torna-se incapaz de apreender adequadamente o indivíduo concreto.

Olhando para a história e para as proposições da Psicologia tradicional, perceberemos justamente que tal ciência aponta inúmeros limites para apreender o indivíduo em sua concretude, ficando limitada a uma pseudoconcreticidade: pautada em uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, a Psicologia tradicional não é capaz de ir além da singularidade imediata e aparente. Com isso acaba incorrendo em uma fetichização da individualidade singular. Essa Psicologia lida com o indivíduo em si mesmo, como uma mônada, como se a individualidade se explicasse por si mesma. Trata-se da concepção liberal de homem, que localiza a essência do indivíduo dentro dele mesmo e o concebe à imagem do Barão de Münchhausen: aquele que se salva de afundar no pântano puxando a si mesmo pelo cabelo pela força de seu próprio braço (salvando também seu cavalo, que segurava fortemente entre os joelhos). A figura do Barão é uma metáfora para a ideia do homem autodeterminado, descolado das condições sociais, movido por uma força ou essência interior (Bock, 2000; Lowy, 1987). Essa concepção oculta justamente o fato de que o indivíduo não se reduz a uma singularidade abstrata à medida que é um ser singular-particular-universal.

Além disso, também podemos constatar na Psicologia tradicional a naturalização e universalização da particularidade. A Psicologia historicamente se apoia em uma visão de normalidade que corresponde a uma

condição particular da existência humana, na medida em que se apega a valores e padrões de comportamento de uma determinada classe social, tomando-os como pretensamente universais. Uma configuração particular de família, por exemplo, é alçada à condição de modelo natural e ideal. O funcionamento psíquico particular do homem da sociedade burguesa é tomado como expressão de uma natureza humana universal; as crises advindas dos obstáculos sociais enfrentados pelos adolescentes são tomadas como características próprias à idade, dentre outros equívocos.

Diante disso, a tarefa de uma psicologia crítica – que pretende espelhar fidedignamente o movimento real de constituição da individualidade, é desvelar a *individualidade-particular*, ou seja, decodificar as determinações que agem sobre a singularidade, captando essa individualidade-particular como expressão singular-particular da universalidade. Trata-se de apreender aquilo que de fato justifica a afirmação da natureza social dos indivíduos.

Considerações finais: a superação da particularidade em direção ao ser genérico

Em cada processo de análise, diferentes conteúdos ocuparão os polos singular, particular e universal. Quando analisamos a constituição da individualidade, o universal nos remete à totalidade social na qual o indivíduo se insere. Em nosso exemplo, situamos Maria, um indivíduo, na totalidade da sociedade capitalista, e constatamos que sua singularidade-particular expressa aspectos sociais de seu tempo histórico.

Mas Oliveira (2005) alerta que é preciso também pensar na universalidade como referência à genericidade do indivíduo. Isso significa que é necessário reconhecer o gênero humano como uma universalidade, analisando a relação do indivíduo (singular) com o gênero (universal). A universalidade do gênero é recriada em cada indivíduo, ou seja, ganha concretude na diversidade de singularidades. Ao mesmo tempo, ele se torna portador das propriedades humano-genéricas, tornando-se um representante ativo do gênero.

Vida individual e vida genérica encontram-se em unidade, entendendo-se gênero como algo em constante mudança histórico-social, como resultado da atividade humana e das interações dos homens que ao mesmo tempo demarca para os indivíduos um campo determinado de ação e autoconstrução. Na relação entre indivíduo e gênero, o modo de existência da vida individual pode ser um modo mais particular ou mais

universal da vida genérica, a depender das condições objetivas em que essa vida transcorre.

Para Lukács, o verdadeiro processo de individuação constitui uma luta permanente e infinita contra os particularismos, um processo de generalização (ou universalização) que, entretanto, não nega a singularidade, mas a supera por incorporação. A questão que se coloca para o autor é que a individualidade particular, ao se aproximar do gênero, vivencia em si mesma a experiência da universalização, experiência que anula parcialmente ou neutraliza seus traços meramente particulares, sem negar a peculiaridade efetiva da individualidade, ao contrário: tornando-a mais intensa e potente.

Mas a possibilidade de desenvolver-se como ser genérico cada vez mais universal não está dada a todos os indivíduos. Ao contrário: na sociedade capitalista, a possibilidade de apropriação das objetivações do gênero só existe dentro de limites miseráveis para a imensa maioria da população. Oliveira (2005) indica que, ao analisarmos a relação entre indivíduo e gênero, tomados, respectivamente, como polos singular e universal, a particularidade que realiza a mediação entre eles é a sociedade, isto é: a sociedade realiza a mediação entre indivíduo e gênero humano. As mediações sociais próprias do modo de organização capitalista da vida social condicionam a apropriação pelos indivíduos-singulares do patrimônio humano-genérico (universal), determinando um afastamento ou abismo entre a vida individual e a vida genérica, condenando a vida individual ao domínio dos particularismos. Isso é justamente o que Agnes Heller (2000) chamará de alienação.

Isso posto, podemos agora resgatar a afirmação de Betty Oliveira com a qual iniciamos nossas reflexões. Afirmava a autora que os profissionais e pesquisadores da psicologia precisavam compreender como a singularidade (do indivíduo) se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade tendo a particularidade como mediação. Sobretudo pelo fato de que numa sociedade de classes não estão dadas a todos os indivíduos as mesmas condições para que alcem a condição de representantes do gênero humano.

Para que se possa apreender o indivíduo em sua concretude, como base para a atuação profissional do psicólogo, é preciso enxergar para além da singularidade imediata, captando as determinações particulares e universais que condicionam a condição particular do indivíduo, analisando como sua singularidade se constrói na relação com sua genericidade. Isso é condição para uma atuação

profissional crítica que tenha como horizonte a humanização do homem.

Sem a pretensão de trazer um contributo inédito acerca da dialética singular-particular-universal na qualidade de princípio orientador da análise dos fenômenos da realidade como sínteses de múltiplas determinações e relações diversas, esperamos, com o presente estudo, contribuir para a compreensão de suas implicações e abrangência na área da psicologia, e, conseqüentemente, para a implementação de suas amplas possibilidades na direção da consolidação de uma psicologia deveras crítica, tal como almejado pela psicologia histórico-cultural e pela psicologia social materialista histórico-dialética.

Notas

- ¹ Essa história é relatada em uma biografia de Isaac Newton que consta nos arquivos da Royal Society de Londres. Disponível *online* em royalsociety.org.
- ² A mera afirmação de que o todo contém as partes não é representativa da análise materialista dialética da realidade, sendo, inclusive, compartilhada por outras vertentes epistemológicas, a exemplo da *Teoria Geral dos Sistemas* (ou abordagem sistêmica), proposta pelo biólogo Ludwig Von Bertalanffy.
- ³ Sandra Soares Della Fonte, Comunicação pessoal.

Referências

- Almeida, J. L.V. (2001). *Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua*. São Paulo: Xamã.
- Bock, A. M. M. (2000). As influências do Barão de Münchhausen na psicologia da educação. In E. Tanamachi, M. Proença, & M. Rocha (Orgs.), *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos* (pp. 11-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ilyenkov, E. (1975). *The universal*. Acesso em 07 de janeiro, 2008, em <https://www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/articles/universal.htm>
- Heller, A. (2000). Indivíduo e comunidade: uma contraposição real ou aparente? In *O cotidiano e a história* (6ª ed., pp. 65-85). São Paulo: Paz e Terra.
- Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lane, S. & Sawaia, B. B. (1995). Apresentação. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da Psicologia Social* (pp. 7-8). São Paulo: Brasiliense.
- Löwy, M. (1987). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida.

- Lukács, G. (1967). *Estetica I: La peculiaridad de lo estético*. Barcelona, México, DF: Grijalbo.
- Lukács, G. (1978). *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lukács, G. (1991). *Realismo crítico hoje*. Brasília, DF: Thesaurus.
- Marx, K. (1978). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos* [Coleção Os Pensadores]. São Paulo: Abril Cultural.
- Oliveira, B. (2005). A dialética do singular-particular-universal. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia* (pp. 25-51). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Politzer, G., Besse, G., & Caveing, M. (1954). *Princípios fundamentais de filosofia* (J. C. Andrade, Trad.). São Paulo: Hemus.
- Saviani, D. (2013). *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (19ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique*. Madrid: Visor. (Original publicado em 1927)
- Vygotski, L. S. (1997). *Obras Escogidas I*. Madrid: Visor.
- Vygotski, L. S. (2004). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In L. S. Vygotski, *Teoria e Método em Psicologia* (3ª ed., pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes.

Submissão em: 13/09/2012

Revisão em: 16/09/2014

Aceite em: 11/11/2014

Juliana Campregher Pasqualini é psicóloga, doutora em Educação Escolar (Unesp/Araraquara), Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia - Faculdade de Ciências (Unesp/Bauru) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Faculdade de Ciências e Letras (Unesp/Araraquara). Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia. Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01. Bairro Vargem Limpa. Bauru/SP, Brasil. CEP 17033-360.
E-mail: jupasqualini@uol.com.br

Lígia Márcia Martins é psicóloga, livre-docente em Psicologia da Educação (Unesp/Bauru) e doutora em Educação (Unesp/Marília), Professora Adjunta do Departamento de Psicologia - Faculdade de Ciências (Unesp/Bauru) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Faculdade de Ciências e Letras (Unesp/Araraquara).
E-mail: ligiamar@fc.unesp.br